

MEMÓRIA, APAGAMENTOS E RESISTÊNCIAS: COLETIVO APARECIDOS POLÍTICOS

MARIA GIOVANNA WALERKO MOREIRA¹; MARIANA LEAL DA SILVA²; FELIPE BERNARDES CALDAS³

¹*Universidade Federal de Pelotas – gigiwalerkom@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – hwang.lmari@gmail.com*

³*Universidade Federal de Pelotas – felipecaldas05@yahoo.com.br*

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por ponto de partida o estabelecimento de paralelos entre a obra *O que resta da ditadura?* do Coletivo Aparecidos Políticos e a situação dos chamados desaparecidos durante o regime ditatorial (1964 - 1985), de acordo com o livro *Brasil: nunca mais*. Dessa forma busca-se discutir a relação entre memória e apagamento histórico/político deste respectivo período. Para superarmos um processo de apagamento, de esquecimento, e desconhecimento das mazelas impostas à sociedade brasileira pelo regime ditatorial, faz-se necessário resgatar a memória dos desaparecidos políticos de forma factual e assim se apropriar da história brasileira e latino-americana, com o objetivo de não repetir os mesmos erros do passado, e compreender a atualidade.

Através da bibliografia escolhida se propõe um trajeto de duplo sentido, em que se expõe os discursos das vítimas torturadas na ditadura, para que se dê visibilidade aos acontecimentos, utilizando a arte como forma de provocar a reflexão – por meio do significado simbólico das obras.

Levando em conta que o ocultamento de corpos e de suas histórias se constituem como um dos maiores atentados aos direitos humanos, além do sofrimento familiar,

impede, desde logo, a aplicação dos dispositivos legais estabelecidos em defesa da liberdade pessoal, da integridade física, da dignidade e da própria vida humana, o que constitui um confortável recurso, cada vez mais utilizado pela repressão” (BRASIL, 1985, p. 260).

Ainda de acordo com o livro supracitado, entre os anos de 1964 a 1985 foram registrados cerca de 125 desaparecidos políticos, dentre eles Mariano Joaquim da Silva, acusado de ser subversivo. Conforme testemunho de Inês Etienne Romeu, Mariano foi torturado e “executado porque pertencia ao Comando da VAR-Palmares, sendo considerado irrecuperável pelos agentes do Governo” (p. 262). Inês relatou também outras mortes, dentre elas, a do ex-deputado Rubens B. Paiva, que morrera em decorrência da tortura, embora não fosse a intenção do grupo torturador (BRASIL, 1985).

De acordo com Montero e Souza, “diante de um cenário que não deixa restos, ficamos mudos, paralisados, sem chance de escutar os ruídos da história (MONTERO; SOUZA, 2018, p. 179), por esse motivo é relevante as pesquisas levantadas pela Comissão Nacional da Verdade, que, em 2014, documentou 434 mortos e desaparecidos durante o período do regime (CANES, 2014). Pensando nisso, o Coletivo Aparecidos Políticos propõe uma arte ativista, relacionando a arte com a política, a fim de polemizar assuntos que são banalizados pela população. Por meio das intervenções urbanas, tais como rádios livres, grafite, cartografia, performance e lambe-lambe, o grupo propõe para os cidadãos reiterar as cenas ocorridas na ditadura. O projeto “O Que Resta da Ditadura?” (2011) elaborado pelo

conjunto Aparecidos Políticos e pelo Curto Circuito, e registrado através de vídeo, apresenta nomes e imagens de vítimas do autoritarismo, expressos em forma de grafite e lambe-lambe, ao mesmo tempo que pratica uma performance (Figura 1).



Figura 1: *O Que Resta da Ditadura?* (2011). Fonte: Coletivo Aparecidos Políticos.

Essas proposições nos permitem um distanciamento do que os meios de comunicação permitem que o senso comum absorva, pois

o campo da arte contemporânea tem sido um território receptivo para essas práticas, uma vez que é neste campo que são promovidas alternativas de concepção de práticas da imagem que vão além do uso da sua eloquência visual como certificadora inequívoca e transparente da realidade (MONTERO; SOUZA, 2018, p. 185).

Sendo assim, podemos perceber a importância da arte contemporânea para a quebra da cultura hegemônica presente nos discursos ampla e comumente divulgados. Estas manifestações culturais rotuladas de arte contemporânea, em alguns segmentos são capazes, como neste caso que ocorre em Fortaleza, de encontrar-se em contato direto com a comunidade e, portanto, tem maior liberdade de ação efetiva.

2. METODOLOGIA

A partir de relatos de testemunhas sobre os desaparecidos políticos presentes no livro *Brasil: Nunca mais*, de diversos autores, e do artigo *Por Uma Gramática Dos Rastros – Restos E Criação*, dos autores Rodrigo Montero e Edson Luiz André de Souza, que trata da restauração da memória através da arte, a metodologia busca retomar os discursos antes esquecidos e propor que o protagonismo seja das vozes silenciadas. Por conseguinte, a arte constitui uma importante ferramenta metodológica para reflexão dos fatos ocorridos e posterior extinção dos resquícios do regime ditatorial, uma vez que pode provocar nos expectadores a consciência da necessidade do resgate histórico para a compreensão da conjuntura atual.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Toda essa fundamentação bibliográfica e nossa relação empírica com a atual conjuntura nos mostra que a ditadura ainda se constitui como um tema pouco difundido e visibilizado de forma factual pela ampla maioria.

As informações que nos chegam são fragmentadas e manipuladas, processo que faz parte do apagamento histórico, conveniente a quem possui o poder dominante. Fato esse que a Comissão Nacional da Verdade busca reverter através das investigações dos crimes hediondos cometidos por oficiais de Estado, no entanto o Brasil é

o único país da América Latina que não julgou seus torturadores, os quais foram beneficiados com uma Lei de Anistia indecente e injusta. Isto tem implicações graves pois, como sabemos, as táticas de tortura continuam sendo práticas correntes nas forças policiais do Estado brasileiro. Sem dúvida, o fato de ainda não termos conseguido enfrentar esta história de frente nos faz vítimas de um retorno do traumático (MONTERO; SOUZA, 2018, p. 180).

Por consequência, estamos destinados a repetir a história de tortura, que por estar tão intrinsecamente naturalizada, tais práticas se tornam recorrentes dentro das instituições que deveriam zelar pela dignidade humana e pelos Direitos do Homem.

4. CONCLUSÕES

Embora em estágio inicial, este trabalho se justifica pela pretensão de aprofundar as discussões acerca da memória da ditadura, estabelecendo paralelos entre a teoria e a arte contemporânea, haja vista que “a lógica do apagamento é cruel e é importante estarmos atentos a tantas vozes que ainda sussurram ‘apaguem os rastros!’” (MONTERO; SOUZA, 2018, p. 181). Também devemos nos atentar ao papel que os meios de comunicação exercem sobre as pessoas, podendo tanto ser um método de controle de massas, como também uma ferramenta para a mudança social.

5. REFERÊNCIAS

BRASIL: Nunca Mais. Petrópolis: Vozes, 1985.

COLETIVO APARECIDOS POLÍTICOS. Aparecidos Políticos, 2011. Online. Acessado em 12 set. 2019. Disponível em: <http://www.aparecidospoliticos.com.br/o-que-resta-da-ditadura/>

CANES, M. **Comissão reconhece 434 mortes e desaparecimentos durante ditadura militar.** EBC – Agência Brasil, Brasília, 10 dez. 2014. Online. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-12/comissao-reconhece-mais-de-200-desaparecidos-politicos-durante>

FONTENELE, C. **[Entrevista Especial] Arte Ativismo Busca Resgatar Memória Da Repressão Durante A Ditadura Militar.** Observatório da Sociedade Civil, 30 jun. 2015. Online. Acessado em 12 set. 2019. Disponível em: <https://observatoriosc.org.br/noticia/entrevista-especial-arte-ativismo-busca-resgatar-memoria-da-repressao-durante-a-ditadura-militar/>

MONTERO, R.; SOUSA, E. L. A. Por uma gramática dos rastros: restos e criação. **Clínicas do Testemunho RS e SC. Por que uma clínica do testemunho?** Porto Alegre: APPOA, 2018. p. 179-189, 2018. Acessado em 12 set. 2019. Online. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/177645/001067290.pdf?sequence=1>